

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , 2021****(Do Sr. Deputado Leo de Brito)**

Solicito seja convocado o Sr. Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes a fim de prestar esclarecimentos sobre as distorções “bilionárias” em dados de Previdência do Governo apontadas pelos Técnicos do Tribunal de Contas da União - TCU

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes a fim de prestar esclarecimentos sobre as distorções “bilionárias” em dados de Previdência do Governo apontadas pelos Técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 26.03.2021 o G1 divulgou que os Técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU identificaram "distorções" bilionárias nas projeções feitas pelo governo federal, em 2020, sobre os principais regimes de previdência e sobre benefícios pagos aos militares de todo o país.

Em documento preliminar, os técnicos apontam que essas distorções são causadas, em grande parte, por uma defasagem das fórmulas usadas pelo governo nas projeções. Os cálculos usam informações de seis anos atrás porque os dados mais recentes, já disponíveis, não se encaixam no modelo disponível – e a nova metodologia

ainda não está pronta. Há distorções no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abriga os trabalhadores com carteira assinada; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União e as pensões e benefícios de militares.

No regime de **servidores federais**, os técnicos apontam **"superavaliação" de R\$ 46,9 bilhões no passivo previdenciário**. Em outras palavras, o TCU diz que a projeção de valores a serem desembolsados no futuro para pagar a previdência dos servidores está inflacionada. Em contrapartida, no caso dos **benefícios de militares inativos**, os técnicos detectaram um problema oposto ao do regime dos servidores federais: as **cifras foram subavaliadas em R\$ 45,47 bilhões**. A cifra corresponde a 11% do saldo do passivo que consta de fato nas planilhas.

Segundo os técnicos do TCU, cerca de R\$ 20 bilhões do passivo subavaliado dos militares estão relacionados ao impacto das mudanças feitas em 2019 nas regras do chamado "adicional de habilitação". A gratificação está vinculada ao nível de formação dos militares, e os valores foram reajustados como parte da reforma da Previdência da categoria.

Por todo o exposto, esperamos ver o presente requerimento aprovado por essa mesa, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos sobre as distorções bilionárias supracitadas em dados de Previdência do Governo apontadas pelos Técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU. Há de se observar o momento oportuno de convocação, visto que a referida auditoria ainda não foi concluída, bem como, o Governo tem obrigação de divulgar os dados em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Plenário, 26 de março de 2021

---

Dep. Leo de Brito PT/AC